



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de alimentos diversos, compreendendo coffee break, café da manhã, kit de lanches e afins, bem como a prestação de serviços de locação de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. Segue, abaixo, a tabela síntese da estimativa de preços:

| Item | Descrição do Objeto | Unidade | Quant. p/ Registro | Quant. p/ Consumo | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|---------------------|---------|--------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
|------|---------------------|---------|--------------------|-------------------|----------------------|-------------------|



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

| | | | | | |
|---|--|----|-------|-------|--|
| 1 | <p>Coffee Break (preço por pessoa) BEBIDAS – Suco natural (02 tipos), café, chá, leite e refrigerante/ refrigerante diet – mínimo de 300ml por pessoa, servidos em jarras de vidro. Observar em sua composição, os requerimentos necessários para o fornecimento de alimentação adequada a portadores de patologias especiais. Não serão aceitos Petit fours e não será contabilizado como item apenas a troca de ingredientes do recheio.</p> <p>SALGADOS – 06 tipos de salgados assados: 1 tipo de salgado frito. Será escolhido pelo solicitante os tipos de salgados a serem servidos conforme cardápio abaixo: - Esfirra de carne ou de frios, pão de queijo, mini pizza, mini enrolado de salsicha, trouxinha salgada - diversos recheios, coxinha de frango, risole de carne, bolinha de queijo, croquete de frios e ou queijo, croquete de carne, quibe, pão sírio (atum/frango/presunto e queijo), canapés. DOCES – Será escolhido pela</p> | UN | 5.000 | 2.500 | |
|---|--|----|-------|-------|--|



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

| | | | | | | |
|---|---|----|-------|-------|--|--|
| 2 | <p>Café da Manhã (preço por pessoa): BEBIDAS – Suco natural (02 tipos) – café e leite – mingau de banana – mingau de farinha de tapioca. SALGADOS – 06 unidades de no mínimo 20gr por pessoa - Será escolhido pelo solicitante os tipos de salgado a ser servido conforme cardápio abaixo: bolinho de chuva, pão de queijo, pão sírio com patê (atum/frango ou queijo com presunto), cuscuz, ovos, carne 1000 moída, misto quente, pão branco, queijo, presunto, tortinha de frango, tortinha de legumes. DOCES - Será escolhido pela solicitante o tipo de doce a ser servido conforme cardápio abaixo: -Carolina, fatias húngaras, mini lua de mel, mini sonho sabores diversos, salada de frutas, bolos diversos Incluso: copos de vidro, guardanapos, toalhas e louças.</p> | UN | 4.000 | 2.000 | | |
|---|---|----|-------|-------|--|--|



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

| | | | | | | |
|---|---|----|-------|-------|--|--|
| 3 | <p>Kit de lanches (preço por pessoa): BEBIDAS – Suco natural (02 tipos) e refrigerante/ refrigerante diet – mínimo de 300ml por pessoa, servidos em jarras de vidro. SALGADOS – 06 tipos de salgados assados – 1 tipo de salgado frito. Será escolhido pelo solicitante os tipos de salgados à serem servidos conforme cardápio abaixo: - Esfirra de carne ou de frios, pão de queijo, mini pizza, mini enrolado de salsicha, trouxinha salgada - diversos recheios, coxinha de frango, risole de carne, bolinha de queijo, croquete de frios e ou queijo, croquete de carne, quibe, pão sírio (atum/frango/presunto e queijo), canapés. DOCES – Será escolhido pela solicitante o tipo de doce à ser servido conforme cardápio abaixo: -Carolina, fatias húngaras, mini lua de mel, mini sonho sabores diversos, frutas, salada de frutas, bolos diversos. Incluso: copos de vidro, guardanapos, toalhas e louças.</p> | UN | 3.000 | 1.500 | | |
|---|---|----|-------|-------|--|--|



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

| | | | | | | |
|---|--|-------|-------|-------|--|--|
| 4 | FORNECIMENTO DE MINI SALGADOS VARIADOS (FRITOS) SOMENTE ENTREGA - Composição mínima: pastel de carne, coxinha de frango, canudinho de camarão, bolinha de queijo e presunto, quibe de arroz, quibe de trigo. CENTO de salgados. | CENTO | 3.000 | 1.500 | | |
| 5 | FORNECIMENTO DE MINI SALGADOS VARIADOS (FORNO) SOMENTE ENTREGA - Composição mínima: Esfirra aberta e fechada, mini pizza, quiches variados, saltenha, pastel folhado, pão sório (com recheios variados), pão de queijo. CENTO de salgados. | CENTO | 3.000 | 1.500 | | |



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

| | | | | | | |
|-----------------------------|---|----|-------|-------|--|--|
| 6 | SUCO NATURAL - SOMENTE ENTREGA Bebida não fermentada, não alcoólica, não artificial, sem corantes ou similares, produzida com base na fruta in natura ou polpa de fruta diluída em água, envasado em garrafa pet reciclável de dois litros, sabores laranja, maracujá, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, cajá, caju e similares, com ou sem açúcar, conforme solicitação. O produto pronto deverá ser entregue gelado. | UN | 600 | 300 | | |
| 7 | Serviço de locação de Mesas em plástico PVC, com 4 (quatro) lugares, na cor branca. | UN | 500 | 250 | | |
| 8 | Serviço de locação de Cadeiras em plástico PVC, com braço, na cor branca. | UN | 2.000 | 1.000 | | |
| TOTAL ESTIMADO (R\$) | | | | | | |

2.2. Valor Total Estimado da Contratação: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

2.3. A elaboração da estimativa de preços observa o disposto nos arts. 18, 23 e 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 107, caput, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulam a fase preparatória do processo licitatório e disciplinam os métodos aceitos para definição do valor estimado da contratação.

2.4. Nos termos do art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do valor integra o planejamento da contratação e constitui elemento essencial para a adequada definição do critério de julgamento e para a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

prevenção de práticas de sobrepreço ou formação inadequada de valores. O art. 23, por sua vez, reforça que a estimativa fundamenta as condições do edital e orienta a busca da proposta mais vantajosa, especialmente nos certames cujo critério de julgamento é o menor preço.

2.5. A metodologia adotada encontra respaldo no art. 107, caput, do Decreto nº 11.363/2023, que expressamente autoriza a Administração Pública a utilizar média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços como referência para definição do valor estimado. Ademais, o referido dispositivo, em seu § 3º, estabelece parâmetros objetivos para análise dos valores obtidos na pesquisa, definindo que serão considerados:

I – **Preços excessivos**, aqueles superiores a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços; e

II – **Preços inexequíveis**, aqueles inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços.

2.6. Tais critérios reforçam a segurança metodológica da pesquisa, permitindo a identificação de valores destoantes e garantindo maior fidedignidade ao valor estimado.

2.7. A escolha metodológica está fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos no art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração a adotar soluções que assegurem o melhor equilíbrio técnico e financeiro, evitando tanto valores subavaliados quanto estimativas artificiais ou infladas.

2.8. Portanto, a formação do valor estimado neste processo está integralmente alinhada ao marco legal vigente e às boas práticas de gestão pública, garantindo objetividade, segurança administrativa e conformidade normativa.

2.9. **Do sigilo do valor estimado**

2.9.1. O valor estimado para a contratação em questão será mantido sigiloso, conforme previsto no art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 109, §2º, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), cujo julgamento será pelo menor valor ofertado, tendo em vista as seguintes justificativas:

2.9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será divulgado apenas após o julgamento das propostas, visando proteger as informações sensíveis da licitação até o momento oportuno.

2.9.3. A escolha da modalidade Pregão, que prevê a fase de lances, justifica a necessidade de manter o orçamento sigiloso, uma vez que tal procedimento permite a competição direta entre os licitantes, estimulando a redução de preços e garantindo uma negociação mais vantajosa para a Administração.

2.9.4. O sigilo do orçamento contribui para que as propostas apresentadas sejam mais competitivas, permitindo que os licitantes ofereçam preços condizentes com o mercado, sem ter acesso ao valor estimado previamente divulgado, o que poderia distorcer a livre concorrência.

2.9.5. O sigilo também garante que, caso a licitante não atinja o preço estimado pela Administração, seja possível a negociação de preços, visando o reequilíbrio econômico-financeiro e a obtenção do melhor valor para a contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

2.9.6. A manutenção do sigilo orçamentário visa preservar a competitividade entre os licitantes e assegurar a vantajosidade da contratação, sem prejuízo da transparência, visto que o valor estimado global será oportunamente divulgado nos autos após o encerramento da fase competitiva, em conformidade com a legislação vigente.

3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. Os bens descritos neste certamente são classificados como bens de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no edital de licitação, com base em especificações amplamente adotadas no mercado.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem por finalidade atender à demanda contínua do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, referente ao fornecimento de alimentos diversos, incluindo coffee break, café da manhã, kits de lanches e outros correlatos, bem como a prestação de serviços de locação de mesas e cadeiras. Tais serviços são indispensáveis para suporte logístico em reuniões internas e externas, atividades técnicas de campo, eventos institucionais, capacitações, oficinas e demais ações administrativas e operacionais conduzidas pelo órgão.

4.2. A prestação desse serviço é essencial para apoiar a realização de reuniões internas e externas, eventos institucionais, visitas técnicas, treinamentos, capacitações, audiências públicas e demais atividades promovidas pelo órgão, que demandam suporte logístico de alimentação para participantes e servidores.

4.3. Dessa forma, a contratação visa garantir melhores condições de trabalho, acolhimento e permanência dos envolvidos nas ações do DERACRE, contribuindo para o bom andamento das atividades institucionais e a promoção da eficiência administrativa. Ressalta-se que a demanda ocorrerá de forma pontual e sob demanda, conforme cronograma e necessidade da administração.

4.4. A medida busca assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo órgão, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

5.1. Em observância ao disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra o parcelamento do objeto nas contratações públicas, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, bem como em conformidade com as diretrizes de planejamento previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023, procedeu-se à análise da divisibilidade do objeto da presente contratação.

5.2. O objeto compreende:

5.2.1. fornecimento de alimentos diversos, incluindo coffee break, café da manhã, kit de lanches e similares;

5.2.2. prestação de serviços de locação de mesas e cadeiras para suporte aos eventos institucionais do DERACRE.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 5.3. Verificou-se que as parcelas possuem naturezas distintas, mercados fornecedores próprios e especializações específicas, não havendo interdependência técnica que impeça sua execução de forma autônoma. O fornecimento de gêneros alimentícios envolve preparo, manipulação, logística e atendimento conforme normas sanitárias aplicáveis, enquanto a locação de mobiliário demanda estrutura operacional diversa, voltada ao transporte, montagem e retirada dos equipamentos.
- 5.4. Sob o aspecto técnico, a divisão do objeto não compromete a padronização, a qualidade ou a eficiência da execução contratual, sendo plenamente possível a coordenação entre fornecedores distintos quando os serviços forem demandados de forma concomitante.
- 5.5. Sob o aspecto econômico, o parcelamento amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas especializadas em apenas uma das atividades, favorecendo maior disputa e potencial obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.
- 5.6. Ademais, a Administração dispõe de capacidade técnica e operacional para realizar a gestão e fiscalização dos contratos ou lotes de forma individualizada, não havendo risco relevante de prejuízo à execução contratual.
- 5.7. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e vantajosidade econômica do parcelamento do objeto, recomendando-se que a licitação seja estruturada por itens ou lotes distintos, conforme modelagem definida neste Termo de Referência.
- 5.8. Os requisitos de habilitação serão estabelecidos conforme as características de cada item, garantindo proporcionalidade e alinhamento com as exigências técnicas do edital.

6. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 6.1. É vedada a participação de empresas em consórcio em todas as fases deste certame, inclusive para fins de apresentação de proposta, celebração contratual ou execução do objeto.
- 6.2. A vedação se justifica em razão da baixa complexidade técnica e econômico-financeira da contratação, sendo plenamente viável a execução individual por empresa habilitada. Além disso, busca-se assegurar maior celeridade, clareza na responsabilidade contratual e eficiência na gestão do contrato.
- 6.3. A decisão encontra amparo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a vedação à participação consorciada quando devidamente motivada no interesse público.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

- 7.1. A solução proposta consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de alimentos diversos, compreendendo coffee break, café da manhã, kit de lanches e similares, bem como para a prestação de serviços de locação de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades institucionais do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, em eventos, reuniões técnicas, capacitações, solenidades e demais atividades administrativas.
- 7.2. A contratação abrangerá o fornecimento dos alimentos devidamente preparados, acondicionados e transportados, observando-se as normas sanitárias vigentes, padrões adequados de qualidade, higiene e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

conservação, incluindo todos os insumos, utensílios e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto. Os serviços deverão ser prestados sob demanda, conforme cronograma e especificações previamente encaminhadas pela Administração.

7.3. No que se refere à locação de mesas e cadeiras, a solução contempla o fornecimento do mobiliário em quantidade e padrão compatíveis com cada evento, incluindo transporte, montagem, organização no local indicado, desmontagem e retirada ao final das atividades, garantindo-se condições adequadas de uso, conservação e segurança.

7.4. A solução será executada de forma parcelada e sob demanda, considerando a imprevisibilidade quanto à frequência e ao porte dos eventos institucionais, possibilitando à Administração solicitar os serviços conforme necessidade efetiva, evitando estoques desnecessários, desperdícios e custos adicionais.

7.5. O modelo de execução contratual adotado permitirá flexibilidade operacional, padronização dos serviços, controle de qualidade e fiscalização efetiva, assegurando eficiência, economicidade e atendimento adequado às demandas institucionais do DERACRE.

7.6. Dessa forma, a solução apresentada mostra-se adequada para suprir as necessidades administrativas do órgão, garantindo suporte logístico aos eventos institucionais, alinhando-se aos princípios do planejamento, da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.6.1. Os riscos de mercado associados ao objeto incluem:

7.6.1.1. Risco de qualidade inferior: No formato de contratação parcial, diferentes fornecedores podem oferecer produtos ou serviços de qualidade desigual, comprometendo a eficácia dos serviços.

7.6.1.2. Risco de interrupção dos serviços: Contratar separadamente aumenta a probabilidade de atrasos e falhas na prestação de serviços, gerando possíveis discontinuidades.

7.6.1.3. Risco de custo adicional: A fragmentação pode aumentar os custos com logística e administração, além de possíveis despesas não previstas decorrentes de falhas na execução.

7.6.2. Ao optar por uma contratação integrada com garantia ampliada, é possível mitigar esses riscos, pois:

7.6.2.1. Um único fornecedor será responsável pela qualidade e conformidade de todos os produtos e serviços.

7.6.2.2. A garantia será unificada, permitindo um suporte mais eficiente e simplificado.

7.6.2.3. Logística será centralizada, reduzindo custos operacionais e administrativos.

7.7. Forma de Contratação

7.7.1. Para assegurar transparência e a melhor escolha, recomenda-se a adoção do formato de licitação por PREGÃO ELETRÔNICO, com SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. A escolha de tal modalidade de Licitação, se justifica dado o valor estimado de contratação e quantitativo.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 7.7.1.1. Ampla competitividade e maior economia.
- 7.7.1.2. Garantia de que o fornecedor selecionado atende a todas as exigências de manutenção, recarga e assistência técnica de forma integrada.
- 7.7.1.3. Com base na análise, verifica-se que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços apresenta maior segurança e aderência às necessidades da Administração Pública, pois garante que o processo seja estruturado com base nas especificações do objeto e nas condições exigidas.
- 7.7.1.4. Embora a adesão a atas seja uma alternativa mais ágil, a ausência de informações completas nas atas existentes compromete a viabilidade dessa modalidade para atender integralmente às demandas do objeto, podendo resultar em falhas na execução contratual.
- 7.7.1.5. Assim, recomenda-se a adoção do SRP como forma de contratação, assegurando maior controle, flexibilidade e aderência às necessidades da Administração, alinhada aos princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Veto quanto a participação de empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; ou ainda, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.9. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Além de manter atualizada lista de dados para correspondência.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.2. A entrega dos bens estará condicionada à emissão de Ordem de Fornecimento assinada por representante formalmente designado pela Contratante.

8.2.1. **Prazo de Entrega:** O prazo para entrega dos serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou da Ordem de Fornecimento de Bens, devidamente emitida e assinada por servidor autorizado do DERACRE.

8.2.2. **Local de Entrega:** Os serviços deverão ser executados na sede da Contratante, situada na Via Chico Mendes, nº 805, bairro Vila DNER/Triângulo, CEP 69.906-150, em Rio Branco/AC, ou em outro local previamente indicado pela Administração. A definição do local será comunicada à Contratada pelo gestor do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Ressalta-se que o cumprimento rigoroso do horário estabelecido para a execução/entrega dos serviços é imprescindível, a fim de evitar prejuízos ao regular andamento das atividades e operações da Contratante.

8.3. Todos os bens objeto do contrato deverá ser entregue, ativados e configurados para seu pleno uso nas condições exigidas no presente instrumento;

8.4. A Contratada deverá manter atualizados os dados dos contatos, telefones e e-mails dos responsáveis pela execução dos serviços, além de dados de um Gerente, para casos de emergência;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 8.5. A Contratada deverá entregar os bens relacionados de forma devidamente protegida e acondicionada, para evitar danos em seu transporte ou manuseio;
- 8.6. A Contratada deverá entregar em conjunto com os bens que compõem a solução toda a documentação original, completa e atualizada, em formato físico ou digital, contendo os manuais e guias de instalação e uso;
- 8.7. Qualquer problema na entrega, configuração e ativação dos bens deverá ser reportado imediatamente ao Contratante;
- 8.8. O preço proposto para este fornecimento deve englobar os valores relativos a impostos, fretes, seguros, salários, encargos e demais despesas necessárias ao fornecimento completo do objeto
- 8.9. Observando o disposto no artigo 140, II da Lei nº 14.133/2021, os materiais (objetos) deste termo serão recebidos:
- 8.9.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;
- 8.9.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 03 (três) dias, contados a partir do recebimento provisório.
- 8.9.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor.
- 8.10. **Garantia do Produto:**
- 8.10.1. Garantia dos Alimentos Fornecidos
- 8.10.1.1. A contratada deverá garantir que todos os alimentos fornecidos:
- I - sejam preparados no mesmo dia do evento, observando padrões adequados de qualidade, higiene e conservação;
 - II - atendam integralmente às normas sanitárias vigentes, especialmente quanto ao armazenamento, transporte e manipulação;
 - III - estejam dentro do prazo de validade, quando aplicável;
 - IV - sejam acondicionados em embalagens apropriadas e íntegras;
 - V - apresentem características organolépticas adequadas (sabor, odor, textura e aparência).
- 8.10.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade, impropriedade para consumo ou desconformidade com as especificações contratadas, a contratada deverá proceder à substituição imediata dos produtos, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo a ser definido no TR (ex.: até 2 horas da notificação, conforme



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

viabilidade do evento).

8.10.1.3. A responsabilidade da contratada abrange eventuais danos decorrentes de falhas na qualidade ou na manipulação dos alimentos, inclusive quanto à segurança alimentar.

8.11. Garantia dos Serviços de Locação de Mesas e Cadeiras

8.11.1. A contratada deverá assegurar que todo o mobiliário fornecido:

- I - esteja em perfeito estado de conservação e uso;
- II - apresente estabilidade, segurança estrutural e limpeza adequada;
- III - seja entregue e montado no local indicado dentro do prazo estabelecido;
- IV - seja substituído imediatamente em caso de defeito, instabilidade ou inadequação.

8.11.2. Identificada qualquer inconformidade durante a execução do evento, a contratada deverá providenciar a substituição do item defeituoso no prazo máximo a ser estipulado (ex.: até 1 hora da notificação), sem custo adicional.

8.12. As condições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

8.13. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

8.14. É necessário que seja mantido ao longo da execução dos serviços prestados a qualidade garantida na habilitação desta, bem como seus requisitos de habilitação, apresentando mensalmente as Certidões Negativas de: Débito Municipal, Débito Estadual (empresa e sócios), Débito Federal, Débito INSS, Débito FGTS, Guia da Previdência Social e Débitos Trabalhistas, no momento da entrega da Nota Fiscal.

8.15. Todas as despesas Diretas e Indiretas relativos à execução do objeto deste Termo de Referência, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Com base nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), os requisitos da presente contratação foram definidos de forma a garantir o atendimento da necessidade institucional do DERACRE sem impor exigências excessivas, desnecessárias ou que restrinjam a competitividade. Foram considerados os elementos estritamente necessários à execução adequada do objeto, em conformidade com o princípio da razoabilidade e o atendimento direto da necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

9.2. Os serviços contratados deve atender às necessidades específicas desta Autarquia com acesso a alimentação adequada durante o desempenho de suas funções durante longos períodos de serviço, além de prover suporte logístico por meio da disponibilização de itens alimentares de qualidade para eventos institucionais.

9.3. O serviço com o quantitativo das alimentações, bem como o local e o horário a serem entregues, será encaminhado à contratada com no mínimo 24 horas de antecedência, pelo gestor de contrato, sendo



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

imprescindível o cumprimento do horário estabelecido para a entrega, a fim de que não haja prejuízo ao andamento do serviço/operação.

9.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.5. A contratada deverá garantir que o serviço esteja adaptado ao perfil dos participantes dos eventos, considerando possíveis restrições alimentares e preferências (como opções para vegetarianos, veganos, pessoas com intolerância a glúten ou lactose, entre outros). A contratada deverá oferecer um cardápio variado que atenda a essas demandas, sempre que solicitadas.

9.6. A contratada deverá ser capaz de ajustar o serviço conforme o número de participantes e a natureza dos eventos, sejam eles pequenos encontros ou grandes eventos institucionais. A flexibilidade no atendimento a diferentes quantidades e exigências de última hora será considerada um diferencial no processo de contratação.

9.7. Os alimentos e bebidas fornecidos deverão ser frescos, de alta qualidade e preparados em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar (ANVISA - RDC n.º 216/2004 e outras legislações pertinentes). A contratada deverá garantir que os produtos servidos mantenham sua integridade durante todo o evento, evitando deterioração.

9.8. A apresentação dos itens deverão ser elegante e condizente com o padrão institucional dos eventos, incluindo disposição organizada e limpeza dos equipamentos e utensílios. Os funcionários encarregados do serviço deverão ser devidamente treinados, uniformizados e preparados para atender de forma cortês e profissional.

9.9. Poderão apresentar atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objetivo desta licitação; podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

9.10. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e utensílios necessários para o serviço, tais como: mesas, toalhas de mesa, copos em vidro, talheres, garrafas térmicas, guardanapos de papel e pano, jarras de vidro ou aço inox, bandejas em aço inox, geleira e serviços de garçom, proporcional à quantidade de pessoas. Além disso, deverá cuidar da montagem e desmontagem das estações de alimentos, garantindo que o local seja mantido limpo e organizado durante e após o evento.

9.11. A contratada deverá garantir pontualidade na entrega e montagem do serviço, de modo que esteja disponível no horário previamente acordado para o início de cada evento. Atrasos ou falhas no serviço poderão prejudicar a dinâmica do evento e comprometer a imagem institucional.

9.12. A contratada deverá implementar um sistema de controle de qualidade que assegure que os padrões acordados sejam rigorosamente cumpridos. O DERACRE poderá solicitar relatórios de avaliação de desempenho do serviço, bem como realizar inspeções ou auditorias para verificar a conformidade com as especificações contratuais.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 9.13. A contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para atender a mais de um evento simultaneamente, caso haja necessidade de cobertura em diferentes locais ou horários pelo DERACRE.
- 9.14. A contratada deverá seguir todas as normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente aquelas relativas à manipulação de alimentos. O cumprimento das boas práticas de higiene, segurança alimentar e prevenção de riscos é imprescindível.
- 9.15. A contratada deverá apresentar toda a documentação exigida pela legislação, incluindo licenças sanitárias, alvarás e certificações que comprovem sua conformidade com normas técnicas de higiene, segurança e sustentabilidade ambiental.
- 9.16. Embalagem
- 9.17. As preparações elaboradas na sede da CONTRATADA deverão ser devidamente transportadas até o local de distribuição indicado pela CONTRATANTE, por meio do fiscal de contrato, utilizando-se de caixas isotérmicas, ou isobox, para manutenção da temperatura adequada dos alimentos quentes e resfriados.
- 9.18. Os recipientes que estarão contidos nas caixas isotérmicas deverão estar devidamente tampados e/ou lacrados, de modo a impedir possíveis contaminantes.
- 9.19. As preparações quentes não estarão contidas nas mesmas caixas isotérmicas que as preparações resfriadas.
- 9.20. A alimentação fornecida deverá estar em condições higiênicas e sanitárias adequadas; inclusive, a equipe que manipula os gêneros alimentícios deverá estar em boas condições de saúde compatível com suas atividades.
- 9.21. Alvará Sanitário VIGENTE, expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria da Saúde do Estado, ou expedido pelo Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para emissão do Alvará pelo Município.
- 9.22. Declaração firmada pelo representante legal da Licitante de que a empresa dispõe ou disporá, no momento da contratação, de todo o aparato operacional necessário à plena execução do objeto licitado.
- 9.23. A empresa vencedora deverá observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene, medicina e segurança do trabalho emanadas pelos órgãos públicos competentes. Em caso de interdição das instalações próprias do fornecedor beneficiário, em decorrência de eventual auto de infração, o contrato poderá ser rescindido de pleno direito, adotando ao DERACRE as providências cabíveis.
- 9.23.1. **Documentação e Conformidade Legal:**
- a) A empresa contratada deverá apresentar toda a documentação legal necessária para garantir o cumprimento das exigências fiscais, trabalhistas e ambientais, conforme as normas de contratação pública.
- 9.24. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

circunstanciado.

9.25. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.26. Constatada divergência quanto aos padrões de qualidade exigidos, falta ou ainda verificado defeito do material, o responsável pelo recebimento providenciará junto ao fornecedor a regularização da entrega ou efetuar a devolução total do material, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.27. Todas as despesas Diretas e Indiretas relativos à execução do objeto deste Termo de Referência, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

9.28. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.28.1. No ato de recebimento dos bens, os seguintes elementos deverão constar necessariamente do documento de entrega:

- a) Dados cadastrais do fornecedor e da unidade requisitante;
- b) Especificação do objeto contratado;
- c) Unidade de medida, quantidade;
- d) Preço unitário e total;
- e) Número do empenho;
- f) Número do Contrato, quando for o caso;
- g) Modalidade e número da licitação;
- h) Número da Ata de Registro de Preços.
- i) Destaque da retenção do IR, de acordo com Decreto Estadual nº 11.107 de 19 de agosto de 2022 e Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações posteriores, quando for o caso.

9.29. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.30. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.31. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.32. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.33. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.34. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.35. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.36. **Subcontratação:**

9.36.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.37. **Garantia da Contratação:**

9.37.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9.38. **Da Amostra**

9.38.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXXX), conforme custos unitários apostos no Orçamento Estimado.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na Análise Mapa de Riscos.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Gestão/unidade: 744/201;
 - II - Fonte de recursos: 1.500.0100 - Recursos Ordinários
 - III - Programa de trabalho: 22030000 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais do DERACRE.
 - IV - Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Serviço de Pessoa Jurídica
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 11.3. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.

12. DOS BENEFÍCIOS PARA ME E EPP

- 12.1. Conforme os artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo valor individual não ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será destinado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), como forma de estimular o desenvolvimento econômico local e regional e aumentar a eficiência das políticas públicas.
- a) O Fornecedor, ao participar de processos licitatórios, deve examinar com atenção as orientações contidas no Edital de convocação sobre procedimentos relativos à exclusividade de contratação para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), estabelecidas na Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).
 - b) Nos termos do art. 48, I da Lei Supracitada, o item de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicado para os itens 6, 7 e 8.
 - c) **A fim de dar cumprimento ao art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame, os itens de valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte. Para cada item/lote especificado deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item/lote de ampla disputa.**

13. DOS PRAZOS DOS CONTRATOS E PRORROGAÇÃO

- 13.1. DA VIGÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

13.1.1. Os contratos oriundo das Atas de Registro de Preços terão sua vigência a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro do exercício em curso, em observância ao princípio da anualidade orçamentária.

13.2. DE EXECUÇÃO

13.2.1. O prazo de execução do contrato será o mesmo que o prazo de vigência do contrato, ou seja, enquanto o contrato estiver em vigor, as partes contratantes deverão cumprir as obrigações estabelecidas no instrumento contratual. Em caso de prorrogação da vigência, o prazo de execução será automaticamente prorrogado, desde que as condições e a necessidade de continuidade do fornecimento se mantenham.

13.3. DA EFICÁCIA

13.3.1. A eficácia do contrato dependerá da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Para que o contrato e seus aditamentos produzam efeitos legais, é imprescindível que sejam publicados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de sua assinatura.

13.3.2. A publicação no PNCP é condição essencial para garantir a transparência e a publicidade dos contratos administrativos, permitindo que qualquer interessado tenha acesso ao conteúdo do contrato e aos termos de seus aditamentos. A falta de publicação no prazo legal implicará na ineficácia do contrato e na impossibilidade de sua execução, conforme determina a legislação vigente.

14. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

14.1. Em conformidade com o disposto no art. 24, I e § único da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado para a contratação será mantido sigiloso até a conclusão da fase de lances, garantindo maior competitividade e economicidade ao certame.

14.2. O certame será realizado na modalidade Pregão, em que os preços serão formados a partir das propostas apresentadas pelos licitantes e dos lances sucessivos ofertados durante a disputa, nos termos do edital.

14.3. Caso os valores apresentados pelos licitantes não alcancem os patamares estimados pela Administração, poderá ser realizada negociação direta com o detentor da melhor oferta, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

14.4. A manutenção do orçamento sigiloso busca inibir a formação de preços previamente ajustados entre os licitantes e estimular a apresentação de propostas mais vantajosas, assegurando a seleção da proposta mais econômica para a Administração.

14.5. O orçamento detalhado da Administração será disponibilizado apenas após a fase de lances e negociação, garantindo a transparência do procedimento sem comprometer a competitividade do certame.

15. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

15.1. Da modalidade



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

15.1.1. **Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços.**

15.1.2. A escolha da modalidade Pregão, que prevê a fase de lances, justifica a necessidade de manter o orçamento sigiloso, uma vez que tal procedimento permite a competição direta entre os licitantes, estimulando a redução de preços e garantindo uma negociação mais vantajosa para a Administração.

15.2. A contratação de pessoa jurídica para fornecimento de alimentos diversos, compreendendo coffee break, café da manhã, kit de lanches e afins, bem como a prestação de serviços de locação de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, será realizada preferencialmente por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, considerando as seguintes justificativas que demonstram a eficiência administrativa e a economicidade associadas a este modelo:

15.2.1. A contratação por registro de preços possibilita maior agilidade para atender às necessidades emergenciais ou sazonais, garantindo a aquisição de equipamentos e materiais diversos que serão utilizados na execução, manutenção e recuperação de obras rodoviárias, viárias e aeroportuárias.

15.2.2. O modelo de registro de preços diminui significativamente os custos administrativos, uma vez que concentra em um único procedimento licitatório a contratação de bens e serviços que podem ser adquiridos ao longo da vigência da ata de registro de preços.

15.2.3. Reduz a necessidade de licitações recorrentes, proporcionando economia de tempo e recursos para a Administração Pública.

15.2.4. A utilização do SRP assegura a obtenção de preços mais vantajosos, pois as contratações são realizadas com base em ampla competitividade no processo licitatório.

15.2.5. O registro de preços permite fixar valores para o período de vigência da ata, protegendo a Administração de flutuações de mercado que poderiam impactar negativamente os custos.

15.2.6. Planejamento e Previsibilidade Orçamentária

15.2.7. O SRP proporciona maior controle orçamentário, pois permite a aquisição de bens e serviços de forma planejada e conforme a disponibilidade de recursos.

15.2.8. Garante que os recursos destinados à aquisição de extintores, acessórios e serviços de manutenção sejam utilizados de forma eficiente e alinhada às prioridades da Administração.

15.2.9. A centralização das contratações em uma única ata de registro de preços facilita a gestão e o monitoramento do contrato, reduzindo a complexidade e o volume de processos licitatórios individuais.

15.2.10. Este modelo de contratação contribui para a padronização dos serviços e produtos adquiridos, assegurando uniformidade nas especificações técnicas e de qualidade.

15.2.11. O SRP permite que outros órgãos e entidades da Administração Pública, não participantes da licitação original, possam aderir à ata de registro de preços, ampliando a eficiência do processo e maximizando os benefícios da contratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

15.2.12. Essa possibilidade de adesão fortalece o princípio da economicidade e possibilita maior racionalização do uso dos recursos públicos.

15.2.13. O SRP possibilita que a Administração adquira os itens registrados de forma parcial ou integral, dependendo das necessidades específicas em cada momento, sem comprometer a execução do contrato.

15.2.14. Este modelo é particularmente vantajoso para a aquisição de serviços de recarga e manutenção de extintores, que são demandados de forma periódica e em volumes variáveis.

15.2.15. O uso do SRP está respaldado pela Lei nº 14.133/2021, sendo indicado para situações em que os bens e serviços necessários são adquiridos de forma regular e repetitiva.

15.2.16. Este modelo de contratação está alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade, que orientam a atuação da Administração Pública.

15.2.17. O SRP oferece a flexibilidade necessária para atender a essas características do objeto, garantindo que as contratações sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz.

15.2.18. A escolha do Sistema de Registro de Preços como modalidade preferencial para a contratação do objeto em questão é amplamente justificada pela eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade que proporciona. Este modelo assegura o atendimento às necessidades da Administração Pública de forma planejada e otimizada, além de promover a competitividade e garantir a aquisição de bens e serviços de qualidade, em conformidade com as especificações técnicas e legais.

15.3. Do Critério de Julgamento

15.3.1. **Menor Preço por Item.**

15.4. Modo de Disputa

15.4.1. O certame ocorrerá pelo modo de disputa Aberto.

16. DO PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

16.1. A proposta apresentada pelos licitantes terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do processo licitatório.

16.2. Durante o prazo de validade, os licitantes deverão manter os preços, condições e especificações ofertados, não sendo permitidas alterações, salvo por determinação ou anuência expressa da Administração.

16.3. **A proposta deverá conter os seguintes dados do licitante:**

16.3.1. Razão social ou nome da empresa.

16.3.2. Número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

16.4. A proposta deverá atender integralmente às exigências do edital, incluindo:

16.4.1. Especificações detalhadas do objeto contratual.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 16.4.2. Indicação de marca, modelo e características técnicas;
- 16.4.3. Percentuais e preços ofertados (valores unitários e totais);
- 16.4.4. Condições de fornecimento (prazos de entrega e garantia, de acordo com as exigências deste Termo de Referência);
- 16.4.5. Demais informações ou documentos solicitados no edital.
- 16.5. A proposta será desclassificada pela Administração nos seguintes casos:
 - 16.5.1. Quando apresentar vícios insanáveis que comprometam sua validade.
 - 16.5.2. Se não obedecer às especificações técnicas detalhadas no edital.
 - 16.5.3. Quando os preços apresentados forem inexequíveis ou estiverem acima do orçamento estimado para a contratação.
 - 16.5.4. Caso não seja possível demonstrar a exequibilidade dos preços, quando solicitado pela Administração.
 - 16.5.5. Se apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que a irregularidade seja insanável.
- 16.6. Exequibilidade dos Preços: Os preços apresentados deverão refletir valores compatíveis com os praticados no mercado, considerando as condições de fornecimento, transporte, instalação (se aplicável) e garantia. Administração solicita planilha de composição de custos, catálogos, cotações de mercado ou demais documentos comprobatórios que demonstrem a viabilidade econômica da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, caso identifique discrepância significativa em relação aos preços de referência.

17. DA HABILITAÇÃO

- 17.1. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
 - 17.1.1. A licitante deverá demonstrar, para fins de habilitação, capital mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 17.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
 - 17.2.1. Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
 - 17.2.2. Poderá ser exigida, em diligência, apresentação de cópia autenticada do contrato ou nota fiscal que tenha dado origem ao atestado apresentado.
- 17.3. **Exigências de habilitação**
 - 17.3.1. Dar-se-á conforme Edital.
- 17.4. **Habilitação jurídica**
 - 17.4.1. Dar-se-á conforme Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

17.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.5.1. Dar-se-á conforme Edital.

18. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Após a homologação do resultado do certame, o adjudicatário será formalmente convocado pela Administração para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, conforme disposto no artigo 249 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

18.2. A convocação será acompanhada da consulta aos cadastros de inidoneidade e impedimentos, tais como o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Além disso, será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação apresentadas no certame, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

18.3. Na hipótese de o adjudicatário:

18.3.1. encontrar-se inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública;

18.3.2. não comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; ou

18.3.3. recusar-se a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido,

18.4. Será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para que, após análise da proposta e de eventuais documentos complementares, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, proceda à assinatura do contrato nas mesmas condições ofertadas pelo adjudicatário original.

18.5. Caso nenhum dos licitantes classificados aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração poderá, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

18.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, visando obter melhores condições contratuais, mesmo que o preço seja superior ao do adjudicatário original;

18.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, caso frustrada a negociação para obtenção de melhores condições.

18.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei.

18.7. Todas as convocações e atos relacionados serão formalmente registrados nos autos do processo licitatório, garantindo a transparência e o controle administrativo.

19. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. Serão priorizados bens que atendam aos requisitos de sustentabilidade, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, com foco nos critérios ambientais, sociais e econômicos. Para tanto, deverão ser observados os seguintes aspectos:

19.1.1. Sustentabilidade Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- I - Priorizar, sempre que possível, a utilização de gêneros alimentícios produzidos local ou regionalmente, contribuindo para a redução da emissão de gases decorrentes do transporte e para o fortalecimento da economia local;
- II - Utilizar embalagens recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, vedada a utilização de materiais que gerem impacto ambiental desnecessário, especialmente plásticos descartáveis não recicláveis, quando houver alternativa viável;
- III - Adotar práticas que minimizem o desperdício de alimentos, mediante planejamento adequado das quantidades fornecidas conforme estimativa de público informada pela Administração;
- IV - Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução do contrato, especialmente resíduos orgânicos e materiais recicláveis.

19.1.2. Sustentabilidade nos Serviços de Locação

- I - Fornecer mobiliário em bom estado de conservação, priorizando materiais duráveis e reutilizáveis;
- II - Adotar logística eficiente de transporte, buscando reduzir deslocamentos desnecessários e emissões de poluentes;
- III - Realizar a higienização dos mobiliários com produtos que atendam às normas ambientais vigentes, evitando substâncias de alto impacto ambiental, quando houver alternativa eficaz.

19.1.3. Priorizar a aquisição de bens ou serviços que utilizem biocombustíveis ou outras fontes de energia renovável, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção de uma matriz energética mais limpa e sustentável.

19.1.4. Atender aos termos das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normativas ambientais aplicáveis, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade ambiental e a proteção dos ecossistemas.

19.1.5. Adotar inovações tecnológicas e processos que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, promovendo a eficiência no uso de água, energia e matérias-primas, bem como a redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto ou serviço.

19.1.6. Considerar critérios sociais, como a promoção de condições justas de trabalho, a inclusão de grupos vulneráveis e o apoio a cadeias produtivas locais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas.

19.1.7. Assegurar que as soluções propostas sejam economicamente viáveis, promovendo o equilíbrio entre custos e benefícios, sem comprometer os princípios da sustentabilidade.

19.1.8. Priorizar bens e serviços que possuam certificações ou selos de sustentabilidade reconhecidos nacional ou internacionalmente, tais como FSC (Forest Stewardship Council), ISO 14001, entre outros.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 19.1.9. Incluir ações de educação ambiental e conscientização sobre práticas sustentáveis, tanto para os fornecedores quanto para os usuários finais, visando a disseminação de uma cultura de responsabilidade ambiental.
- 19.1.10. Considerar a análise do ciclo de vida dos produtos e serviços, desde a extração de matérias-primas até o descarte final, com o objetivo de identificar oportunidades de redução de impactos ambientais.
- 19.1.11. Garantir a transparência nos processos de compra e contratação, bem como o monitoramento contínuo do desempenho ambiental, social e econômico dos fornecedores e contratados.

20. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 20.1. Assegurar que o contratado atenda a todas as condições estabelecidas, incluindo prazos, qualidade e especificações técnicas do objeto contratado.
- 20.2. Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços ou fornecimentos, garantindo conformidade com o estabelecido.
- 20.3. Impor penalidades previstas, como multas, advertências ou até mesmo a rescisão contratual, em caso de descumprimento contratual.
- 20.4. Modificar o contrato por razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e respeitados os direitos do contratado.
- 20.5. Exigir do contratado garantias de fiel cumprimento das obrigações, como cauções, seguros ou fianças, conforme previsto no edital ou contrato.
- 20.6. Solicitar ao contratado documentos fiscais, trabalhistas e outros que comprovem a regularidade e a correta execução do contrato.
- 20.7. Encerrar o contrato em casos específicos previstos em lei, como inadimplemento do contratado, desde que observados os procedimentos legais e garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 20.8. Ajustar os valores contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, diante de variações nos custos.
- 20.9. Substituir o contratado em situações de inadimplemento ou descumprimento das obrigações, conforme as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.
- 20.10. Proteger dados sensíveis ou confidenciais obtidos durante a execução do contrato, garantindo que não sejam divulgados sem autorização, salvo por exigência legal.
- 20.11. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado, conforme os valores e prazos estabelecidos no contrato.
- 20.12. Disponibilizar ao contratado todas as informações e documentos necessários para a correta execução do objeto contratado.
- 20.13. Assegurar que o ambiente e os recursos fornecidos ao contratado sejam apropriados para a execução das atividades, respeitando as normas de segurança e saúde no trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 20.14. Informar ao contratado sobre quaisquer mudanças que possam impactar a execução do contrato, como alterações no cronograma ou especificações.
- 20.15. Colaborar com o contratado, fornecendo suporte e facilitando o acesso a informações ou recursos necessários para a boa execução do contrato.
- 20.16. Assegurar que todas as normas trabalhistas sejam cumpridas, evitando qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por encargos trabalhistas do contratado.
- 20.17. Garantir que o contratado mantenha em dia suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, evitando riscos para a administração pública.
- 20.18. Permitir que o contratado seja fiscalizado pelos órgãos competentes, fornecendo acesso aos documentos e informações necessários para a auditoria e controle.
- 20.19. Conduzir todas as etapas do contrato com clareza e honestidade, garantindo a publicidade dos atos administrativos.
- 20.20. Assegurar que o contrato seja executado de forma justa, evitando onerar excessivamente o contratado ou prejudicar o interesse público.

21. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 21.1. Garantia de remuneração conforme os termos estabelecidos no contrato, incluindo possíveis reajustes ou revisões de preço previstos legalmente.
- 21.2. Direito de pleitear ajustes no valor contratual em razão de variações econômicas ou custos imprevistos que impactem a execução do objeto, assegurando o equilíbrio financeiro do contrato.
- 21.3. Recebimento tempestivo de comunicações referentes a modificações no projeto, cronograma ou condições que influenciem na execução do contrato.
- 21.4. Possibilidade de delegar parte das atividades contratadas a terceiros, desde que haja autorização prévia e por escrito da contratante, conforme a legislação vigente.
- 21.5. Direito de informar à contratante sobre condições inadequadas que possam prejudicar a execução do contrato ou a segurança dos envolvidos.
- 21.6. Ser notificado sobre inspeções ou auditorias realizadas pela contratante, garantindo transparência e oportunidade de correção de eventuais não conformidades.
- 21.7. Solicitar ajustes no contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, caso ocorram eventos imprevisíveis ou de força maior que aumentem significativamente os custos de execução.
- 21.8. Direito de se manifestar e apresentar defesa antes da aplicação de penalidades, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 21.9. Garantia de ser ressarcido por danos causados pela contratante ou por terceiros, desde que não decorrentes de culpa do contratado.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 21.10. Direito de obter cópias de documentos fiscais e contábeis relacionados à execução do contrato, para fins de comprovação e transparência.
- 21.11. Cumprir fielmente o objeto contratado, atendendo aos padrões de qualidade, quantidade e prazos estabelecidos.
- 21.12. Assegurar que todas as condições exigidas para a habilitação na licitação sejam mantidas durante toda a vigência do contrato.
- 21.13. Atender às legislações relativas a direitos trabalhistas, incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.
- 21.14. Comunicar prontamente à contratante quaisquer dificuldades ou impedimentos que possam comprometer o andamento ou a qualidade dos serviços.
- 21.15. Adotar todas as medidas necessárias para assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, conforme as normas aplicáveis.
- 21.16. Implementar ações que minimizem impactos ambientais negativos durante a execução do contrato, em conformidade com a legislação ambiental, em especial:
- 21.16.1. Manter elevados padrões de qualidade, conforme especificado no contrato e nas normas técnicas pertinentes.
- 21.17. Responsabilizar-se por danos diretos ou indiretos causados à contratante em decorrência de ações ou omissões do contratado.
- 21.18. Proteger informações sensíveis obtidas durante a execução do contrato, não as divulgando sem autorização, salvo exigência legal.
- 21.19. Assumir as responsabilidades legais e financeiras decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de multas e indenizações.
- 21.20. Permitir o acompanhamento e a inspeção das atividades relacionadas ao contrato, fornecendo documentos e esclarecimentos solicitados.
- 21.21. Atender às prerrogativas legais que permitem à administração pública alterar unilateralmente o contrato, rescindi-lo ou aplicar sanções, visando ao interesse público.
- 21.22. Tomar medidas para evitar onerosidade excessiva, notificando a contratante sobre fatores que possam desequilibrar as condições inicialmente estabelecidas.
- 21.23. Executar o contrato com zelo, transparência e respeito aos princípios da administração pública, colaborando para o alcance dos objetivos estabelecidos.
- 21.24. Apresentar comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista sempre que solicitado, garantindo a conformidade com as obrigações legais.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 21.25. Informar à contratante sobre mudanças significativas na estrutura ou composição do contratado que possam impactar a execução do contrato.
- 21.26. Respeitar os prazos definidos para a entrega do objeto, comunicando antecipadamente sobre possíveis atrasos e propondo soluções.
- 21.27. Apresentar garantias, como cauções ou seguros, que assegurem o cumprimento das obrigações contratuais e a reparação de possíveis danos à contratante.
- 21.28. Trabalhar em conjunto com os representantes da contratante, contribuindo para a eficiência e eficácia na execução do contrato.
- 21.29. Finalizar as atividades contratadas dentro dos termos estabelecidos, participando de eventuais processos de avaliação ou auditoria pós-execução.
- 21.30. O não cumprimento de quaisquer dessas responsabilidades poderá acarretar a aplicação de sanções administrativas, incluindo multas, suspensão temporária de participação em licitações e até declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.

22. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 22.1. A gestão contratual terá por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.
- 22.2. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- 22.2.1. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- 22.2.2. emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 22.2.3. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 22.2.4. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 22.2.5. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 22.2.6. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 22.2.7. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 22.2.8. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- 22.2.9. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 22.2.10. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 22.2.11. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 22.2.12. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 22.2.13. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 22.2.14. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 22.2.15. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 22.2.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 22.2.17. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- 22.2.18. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 22.2.19. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 22.2.20. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- 22.2.21. inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- 22.3. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 22.4. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.
- 22.5. Da Fiscalização



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 22.6. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- 22.6.1. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 22.6.2. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Decreto.
- 22.7. A função de fiscal de contrato deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
- 22.7.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- 22.7.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 22.7.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 22.7.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 22.7.5. informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 22.7.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- 22.7.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- 22.7.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 22.7.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 22.7.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 22.7.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 22.7.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

o bom andamento dos serviços;

22.7.13. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

22.7.14. verificar a correta aplicação dos materiais;

22.7.15. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

22.7.16. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

22.7.17. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

22.8. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.9. O representante da Administração Pública anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

22.11. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

22.12. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

22.13. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

22.14. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

22.15. a satisfação do público usuário.

22.16. O fiscal de contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

22.18. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.19. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

22.20. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico. critérios de medição

23. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

23.1. Serão objeto de medição os materiais efetivamente entregues pela contratada, observadas as respectivas unidades de medida. A medição será realizada periodicamente conforme a entrega do objeto, garantindo uma avaliação contínua e regular do progresso dos trabalhos. A medição será materializada em documento denominado Boletim de Medição.

23.2. A medição utilizará como referência a proposta apresentada no processo licitatório, considerando as quantidades e os preços unitários estabelecidos no contrato. Eventuais ajustes, conhecidos como glosas, serão aplicados aos valores medidos quando houver discrepâncias ou não conformidades detectadas pela fiscalização.

23.3. As medições serão realizadas após entrega do objeto, após decorrido o prazo de recebimento provisório.

23.4. Para validação da medição, será necessária a apresentação e conferência dos seguintes documentos pela equipe de fiscalização:

23.4.1. Notas fiscais ou documento equivalente;

23.4.2. Relatório fotográfico, preferencialmente georreferenciado;

23.4.3. Termo de Recebimento Provisório, e

23.4.4. Outros documento quando solicitados pela a fiscal do contrato

23.5. Todos os documentos apresentados devem ser assinados pelos responsáveis técnicos e conferidos pela equipe de fiscalização, assegurando a veracidade e a conformidade das informações reportadas. A fiscalização valida a execução dos serviços e materiais listados no **Boletim de Medição**, garantindo que tudo esteja conforme os critérios estabelecidos e os padrões de qualidade esperados.

24. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

24.1. **Da Liquidação**

24.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

24.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 24.5. O prazo de validade;
- 24.5.1. A data da emissão;
- 24.5.2. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 24.5.3. O período respectivo de execução do contrato;
- 24.5.4. O valor a pagar; e
- 24.5.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

24.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 24.8.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 24.8.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

24.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

24.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

24.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

24.13. **Do Pagamento**

24.13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

24.13.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

24.13.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

24.13.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.13.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

24.13.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

24.13.8. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25. DO REAJUSTE DE PREÇOS

25.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/03/2026.

25.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

25.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

25.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

26. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

26.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

26.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

26.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

26.2.4. **Multa:**

26.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

26.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 26.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 26.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 26.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 26.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 26.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 26.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 26.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 26.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 26.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 26.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 26.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 26.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 26.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 26.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

comprovadamente enviadas.

26.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 26.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 26.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 26.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 26.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 26.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

26.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

26.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

27. DO LIVRE ACESSO

27.1. A Administração, por intermédio de seus servidores ou prepostos devidamente designados, terá livre acesso, a qualquer tempo, aos locais, documentos, informações e materiais relacionados à execução do objeto deste contrato, para fins de fiscalização, monitoramento e controle.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026

- 27.2. O contratado deverá disponibilizar toda a documentação, dados, registros e informações necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
- 27.3. O contratado deverá franquear o acesso às instalações, equipamentos e locais de execução dos serviços, fornecendo as condições adequadas para que a Administração possa realizar vistorias, inspeções ou auditorias.
- 27.4. O contratado deverá garantir plena transparência em relação à execução do objeto, facilitando o trabalho de fiscalização e monitoramento por parte da Administração.
- 27.5. O sigilo sobre informações confidenciais será respeitado, desde que não impeça ou dificulte a fiscalização pela Administração.
- 27.6. A negativa injustificada de acesso às informações, locais ou materiais necessários à fiscalização será considerada descumprimento contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

28. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1. O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis

MARIA ALICE DO NASCIMENTO COELHO

Chefe de Gabinete - DERACRE

Portaria nº 405/2025



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice do Nascimento Coelho**, em 06/04/2026, às 12:53, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000017/2026



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP9CDFD0 820FE2C4 4CBC5B9E 16596A7B** e código CRC **20B19B**